

Artigo recebido em:
25.05.2016
Aprovado em:
16.06. 2016

Kelly Prudencio, graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina; é professora e pesquisadora no Departamento de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. kelly.prudencio5@gmail.com

Carla Rizzotto, graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda - pela Universidade Federal do Paraná, Mestre e Doutora em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná; é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, carla_rizzotto@yahoo.com.br.

Michele Santos da Silva, Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná e Especialista em Mídias na Educação, pela mesma instituição. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná, membro do grupo de pesquisa Comunicação e Mobilização Política - vinculado ao CNPq pela mesma instituição. michelemitsue@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
Vol. 13 N° 1
Janeiro a Junho de 2016,
ISSNe 1984-6924

Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento

Kelly Prudencio
Carla Rizzotto
Michele Santos da Silva

Resumo

A Marcha das Vadias (MV) é uma mobilização de cunho feminista que se manifesta publicamente pela liberdade e autonomia das mulheres e contra a violência de gênero, caracterizando uma luta por reconhecimento. Quando ganham as ruas, as manifestações recebem cobertura jornalística, dando à marcha visibilidade necessária para iniciar um processo de comunicação política. Neste artigo, observa-se como as demandas da MV são enquadradas nas notícias produzidas nos portais de notícias *G1*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão* durante o ano de 2013. A análise do enquadramento está baseada nos critérios estabelecidos por Entman (1993; 2004) e a discussão dos resultados se fundamenta na teoria tridimensional de Nancy Fraser (2007). Os resultados mostram que apesar da performance visual da MV garantir imagens nos jornais, as notícias sobre ela se restringem à pauta básica, o que compromete a qualidade da comunicação política e interfere também na luta pelo reconhecimento.

Palavra-chave:

Marcha das Vadias; enquadramento noticioso; reconhecimento.

Abstract

The Slutwalk (MV) is a feminist mobilization that publicly fights for the freedom and autonomy of the women and against gender violence, featuring a struggle for recognition. When the demonstrations go to the streets they receive media coverage, assigning the visibility needed to the march in order to initiate a process of political communication. In this article, it is observed how the demands of MV are framed in the news produced in the news portals *G1*, *Folha de S. Paulo* and *Estado* during the year 2013. The frame analysis is based on Entman's criteria (1993; 2004) and the discussion of the results is based on the Nancy Fraser's three-dimensional recognition theory (2007). The results show that despite the visual performance of the MV ensure images in the newspapers, the news on it are restricted to the basic agenda, which compromises the quality of political communication and also interferes in the struggle for recognition.

Keywords:

Slut Walk; frameworks; recognition.

Introdução¹

A mobilização política de atores coletivos tem como uma de suas características a preocupação com a repercussão midiática. Há bastante tempo, grupos forjam suas ações públicas de modo a terem captadas imagens e mensagens. Este artigo discute a cobertura jornalística dos portais de notícias sobre as manifestações da Marcha das Vadias, durante o ano de 2013, quando diversos protestos evidenciaram no Brasil a existência de diferentes focos de contestação. A performance visual da Marcha garante imagens nos jornais e se torna uma importante estratégia política. Porém, as notícias sobre a marcha reduzem-se às informações sobre o número de manifestantes e pauta básica, restringindo o debate à dualidade entre o certo e o errado.

A análise do enquadramento noticioso se baseia nos critérios estabelecidos por Entman (1994). De acordo com o autor, a presença de algumas ou todas essas funções ajudam a mapear o enquadramento aplicado, sendo elas: 1. Definição do problema, 2. Diagnóstico das causas do problema, 3. Presença de julgamentos morais, 4. Soluções para o problema.

Ao final, apresentamos uma questão que permanece aberta: entendendo a Marcha das Vadias como uma luta por reconhecimento, como podemos pensar sua comunicação política, levando em consideração as características de sua mobilização e do que consegue em termos de visibilidade midiática.

A mobilização política da Marcha das Vadias

A Marcha das Vadias (MV) é uma mobilização de mulheres em várias partes do mundo pelo respeito ao que elas definem como liberdade no slogan “meu corpo, minhas escolhas”. Teve início em 2011 e ganhou força em 2012 no Brasil,

com a realização de manifestações em diversas cidades. O início das mobilizações foi um episódio, em janeiro de 2011, quando várias mulheres foram estupradas na Universidade de Toronto, no Canadá. A declaração do policial Michael Sanguinetti, de que estes estupros não teriam ocorrido se estas mulheres não se vestissem como vadias, gerou um protesto de cerca de três mil mulheres. A ação foi nomeada de “*Slut Walk*”. O modelo se espalhou pelo mundo (marchas ocorreram em diversos países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Portugal, Israel, Índia, Argentina, México, Nicarágua e Colômbia) (WOITOWICZ, 2013; SILVA JR, 2013).

O termo “vadia” foi escolhido como uma forma de ressignificar a conotação negativa usada para denominar as mulheres, resgatando no termo a garantia da liberdade e da autonomia feminina. Uma das características da Marcha é que as mulheres participantes costumam se vestir de modo indiscreto e irreverente, usando roupas que as caracterizam como “vadias”: saltos altos, minissaias, lingerie, maquiagem pesada. “Tais manifestações indicam a existência de um processo comunicativo que se dá por meio do corpo, da musicalidade, das mensagens nas faixas e na performance visual dos eventos político-midiáticos que acontecem no cenário urbano” (WOITOWICZ, 2013, p. 03).

Prudencio (2015) observou na mobilização online da MV a busca de uma troca argumentativa a partir de uma disputa de enquadramentos, sem contudo abrir-se ao debate. Trata-se de um confronto que não se dirige diretamente ao Estado, embora reivindique a punição dos crimes de violência contra a mulher, mas empreende esforços principalmente para alterar o significado dos objetos de discussão. Nesse sentido, busca-se um trabalho de comunicação política, mobilizando quadros para o reconhecimento de um direito e a garantia do cumprimento da lei. Com base na análise de mobilização de quadros (SNOW et al,

¹Este artigo discute parte dos resultados da pesquisa em andamento “Mapeamento e repertório do ativismo digital brasileiro”, financiada pelo CNPq

1986), a autora identifica o esforço de comunicação com a sociedade (*frame bridging*), mas sem alterar o quadro inicial, o que revela pouco diálogo entre visões diferentes sobre a questão, ao menos na internet.

De acordo com o modelo analítico, os enquadramentos são produzidos na interação dos atores e são de quatro tipos: *frame bridging*, *frame amplification*, *frame extension*; *frame transformation*. *Frame bridging* é a conexão das demandas particulares de um grupo com o restante da sociedade. *Frame amplification* refere-se ao esclarecimento e fortalecimento de um quadro interpretativo sobre um determinado assunto, problema ou conjunto de eventos. O *frame extension* refere-se à expansão do quadro principal para incorporar interesses ou pontos de vistas que nem sempre correspondem aos seus objetivos primários. Por fim, o *frame transformation* refere-se ao surgimento de um novo quadro que interpreta os acontecimentos e experiências em uma nova chave.

No caso da Marcha das Vadias, Prudencio (2015) observa que além de *bridging*, houve um forte processo de enquadramento por *amplification*, o que acabou por orientar a construção do enquadramento noticioso. Os atores coletivos lançam mão desse tipo de alinhamento de quadros para fortalecer sua posição na disputa de sentidos, o que é parte do processo político, na medida em que os enquadramentos compõem as estruturas cognitivas que permitem o entendimento das questões e a partilha de referências comuns para discussão com outros (Calven & Warren, 2015). Enquadrar, no entanto, pode ser problemático, segundo os autores. O problema pode ser justamente o fechamento da discussão na essencialização do quadro primário. Sem um adversário que pudessem falar, o quadro não mudou.

Diante dessas características da mobilização política, a cobertura jornalística acaba por reduzir-se às informações básicas do acontecimento, com pouca

discussão sobre a violência contra a mulher. Silva Jr. (2013) já havia notado que as notícias contêm informações sobre a MV em si e sobre suas reivindicações e dados estatísticos relacionados aos altos índices de violência de gênero. Mas como poderemos ver adiante, não há fontes que possam estabelecer um debate no espaço jornalístico.

Enquadramento noticioso

O conceito de enquadramento advém de uma ampla linha de pesquisas que permite operacionalizá-lo em diferentes abordagens nas ciências humanas e sociais. Contudo, essa dimensão adaptativa aparentemente aplicável a distintos objetos de estudo aponta uma certa dispersão quanto ao seu uso (ENTMAN, 1994; SCHEUFELE, 1999). Isto significa que na ausência do determinismo conceitual, dois desafios são impostos aos pesquisadores: a clareza na definição do enquadramento e o rigor metodológico (PORTO, 2004; MAIA e VIMIEIRO, 2011).

Em vista disso, cabe esclarecer que o conceito de enquadramento pode ser utilizado em duas principais perspectivas de pesquisa: o enquadramento interpretativo e o enquadramento da notícia (PORTO, 2004). A primeira se relaciona com os estudos sociológicos, apoiada na teoria da mobilização política. Portanto, o enquadramento é compreendido como “padrões interpretativos das identidades dos atores sociais” (TARROW, 2009, p.155), utilizado para analisar os quadros interpretativos de ações coletivas como protestos, manifestações e movimentos sociais. A segunda é atribuída aos estudos de efeitos da mídia ou *media effects*, a qual investiga o enquadramento estruturado e organizado nas narrativas jornalísticas, principalmente, através da “seleção e saliência de alguns atributos da realidade” (ENTMAN, 1993).

No campo da mídia, o *framing*² foi empiricamente estudado a partir dos anos 1980, integrando o modelo de investigação do *media effects*. Preocupado com os conteúdos emitidos pelos meios de comunicação, estuda seu impacto cognitivo nos sistemas sociais (GUTMANN, 2006, p. 29). Na perspectiva das práticas e conteúdo jornalístico, o pioneirismo das investigações está presente nos trabalhos de Gaye Tuchman (1978), Todd Gitlin (1980), Gamson e Modigliani (1989) e Entman (1993, 2004).

Para Tuchman, o enquadramento é analisado sob o viés da rotina jornalística, objetivando identificar os princípios que estruturam e organizam os fatos noticiosos (JOHNSON-CARTEE, 2005). Já Gitlin (1980), com seus estudos em movimentos estudantis no contexto da guerra do Vietnã, concluiu que o enquadramento é composto por modelos persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, a partir dos conteúdos narrativos. Para Gamson e Modigliani o enquadramento é sustentado na perspectiva dos pacotes interpretativos, que são um conjunto de símbolos que concentra uma ideia organizadora central, ou seja, molduras para um fato ou evento relevante (GAMSON e MODIGLIANI, 1989). Buscando identificar a influência midiática sobre a opinião pública norte-americana, eles demonstraram que os quadros de referência criados pela imprensa para o tema energia nuclear coincidiram com os quadros interpretativos manifestados pela audiência. Na mesma linha, Entman explica o enquadramento como uma embalagem que inclui um processo de seleção e saliência sobre alguns aspectos de um fato ou evento. Sua constatação foi fruto de estudos em textos jornalísticos, comparando a cobertura da imprensa sobre dois acidentes aéreos. Com sua pesquisa, Entman observou que os quadros de referência estão subordinados a questões que transpassam a rotina jornalística, sendo subordinadas por questões ideológicas do grupo que controla a mídia.

Entman foi quem analisou o *framing* como um caminho para compreender o poder das narrativas jornalísticas, principalmente, porque elas são articuladoras e fontes de informação. Portanto, considerando a multiplicidade de informações que circundam no meio social e que a maioria desses assuntos não são dominados ou experimentados diretamente pelas pessoas, que buscam nos meios de comunicação algum tipo de orientação, a imprensa torna-se a fonte primária para reduzir essas incertezas.

O presente trabalho aplicou as quatro funções definidas por Entman: 1. Definição do problema, 2. Diagnóstico das causas do problema, 3. Presença de julgamentos morais, 4. Soluções para o problema na análise das matérias sobre a Marcha das Vadias, coletadas a partir de um levantamento das principais mobilizações ocorridas no Brasil entre janeiro de 2013 e junho de 2014 realizado no âmbito do projeto de pesquisa “Mapeamento e repertório do ativismo digital brasileiro: uma abordagem do papel da comunicação no confronto político”, do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (UFPR). As mobilizações analisadas pelo projeto foram: Fora Feliciano, Mais Médicos, Marcha das Vadias, Marco Civil da Internet, Movimento Passe Livre, Não Vai Ter Copa e PEC 37. Foram coletadas mais de mil matérias nos portais de notícias online *G1*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Carta Maior*. Devido ao grande volume de textos, as matérias foram selecionadas, inicialmente, por data: as matérias analisadas localizam-se no início do período (junho e julho de 2013) e no final dele (janeiro a março de 2014), foram estes dois meses com maior volume de publicações. Dentro deste recorte, foram excluídos da análise os textos que não possuíam o primeiro critério de Entman – a definição do problema⁴. Além disso, foram considerados somente os textos escritos: matérias que só continham vídeo foram descartadas.

² Termo pelo qual designa os estudos de enquadramento na esfera da mídia (ENTMAN, 1993).

³ O primeiro foi com a queda de um avião coreano da Korean Air Lines em 1983 e o outro com um iraniano da Iran Air em 1988.

⁴ O critério foi criado com base na ideia de que o desenho do quadro depende da definição do problema. Uma vez que ele inexistente, as outras condições ficam prejudicadas.

Quanto às matérias referentes à Marcha das Vadias, interesse específico deste artigo, as buscas no período designado só resultaram em uma matéria com referência à MV no portal Carta Maior, porém tal matéria tratava da Marcha em um contexto mais amplo, utilizando-a como exemplo de manifestação e não se referindo diretamente a ela, portanto esta matéria não foi incluída no *corpus* da pesquisa.

Na análise das notícias do portal G1, no primeiro período, foram identificadas quatro matérias relevantes para a pesquisa. Elas explicavam as reivindicações da MV, bem como davam voz ao movimento ao entrevistarem participantes. Em todas elas o veículo manteve o quadro primário da mobilização das mulheres por direitos iguais. No período final foi analisada somente uma matéria que manteve as características do período inicial veiculada no dia da mulher (08/03/14), quando foram realizadas manifestações para lembrar a data.

Em todas elas o veículo manteve o quadro primário da mobilização das mulheres por direitos iguais.

Todas as notícias coletadas da Folha de S. Paulo diziam respeito ao conflito entre a MV e a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), evento que celebrou a visita do Papa Francisco ao Brasil. Foram quatro matérias no período inicial (julho de 2013) e apenas uma no final (janeiro de 2014). Apenas uma dessas matérias repetiu o enquadramento da mobilização, tendo as outras já apresentado algum contraponto.

No portal do jornal O Estado de

S. Paulo foram analisadas quatro matérias, todas no período inicial. Duas delas mostraram a Marcha das Vadias no contexto da JMJ, porém, diferentemente da Folha de S. Paulo, nenhuma delas apresentou julgamento moral. Nas outras duas matérias são retratadas as reivindicações do grupo e a origem do termo.

De acordo com a metodologia estabelecida, foram analisadas as seguintes matérias:

- 1 - Centenas de mulheres participam de Marcha das Vadias em Uberaba – G1
- 2 - Marcha das Vadias protesta contra agressão sexual no Amapá – G1
- 3 - 'Vadias' protestam no DF contra machismo e Estatuto do Nascituro – G1
- 4 - Marcha protesta contra a violação dos direitos das mulheres, em Belém – G1
- 5 - 'Marcha das Vadias' sai em defesa das mulheres em Volta Redonda, RJ – G1
- 6 - Feministas protestam contra violência sexual ao lado de peregrinos na JMJ – Folha
- 7 - Participantes da Marcha das Vadias criticam a Igreja Católica em Copacabana, no Rio – Folha
- 8 - Participantes da Marcha das Vadias distribuem camisinhas e chocam peregrinos no Rio – Folha
- 9 - Em Marcha das Vadias, grupo pisoteia crucifixos – Folha
- 10 - Justiça aceita denúncia contra casal que ficou nu e quebrou estátua na visita do papa – Folha
- 11 - Machismo no futebol em pauta entre mulheres – Estadão
- 12 - Marcha das Vadias reúne cerca de 1,5 mil em Brasília – Estadão
- 13 - Marcha das Vadias reuniu 1,5 mil pessoas no Rio – Estadão
- 14 - Manifestantes da Marcha das Vadias tentam chegar ao palco da Jornada – Estadão

A análise de enquadramento das matérias está retratada na Tabela 1 abaixo:

	Veículo	Data	Definição do problema	Diagnóstico do problema	Julgamentos morais	Solução do problema
1	G1	1/6/13	Movimento que luta pelo fim da violência contra a mulher	Alto número de mulheres vítimas de violência na localidade	Condena a violência	Cobrança de políticas governamentais
2	G1	8/6/13	Movimento ligado a campanha internacional	Alto número de mulheres vítimas de violência no mundo	Condena a violência	Conscientização da população
3	G1	24/6/13	Movimento que luta pelos direitos da mulher	Projetos "cura gay" e "estatuto do nascituro"	Ausente	Cobrança de políticas governamentais
4	G1	29/6/13	Movimento que luta pelo fim da violência contra a mulher	Ideia de que a mulher é inferior ao homem	Condena a violência	Cobrança de políticas governamentais
5	G1	8/3/14	Movimento que luta pelo fim da violência contra a mulher	Ideia de que a mulher é culpada pela violência que sofre	Condena a violência	Ausente
6	Folha	27/7/13	MV provoca católicos	Desrespeito à símbolos católicos, "imoralidade"	Ativistas imorais	Ausente
7	Folha	27/7/13	MV realizada no mesmo dia que Jornada Mundial da Juventude	Data escolhida propositalmente pela MV para contrapor a Igreja católica, instituição contrária ao aborto	Ausente	Ausente
8	Folha	27/7/13	MV realizada no mesmo dia que Jornada Mundial da Juventude	Ausente	Ausente	Ausente
9	Folha	28/8/13	MV provoca católicos	Desrespeito à símbolos católicos, "imoralidade"	Ativistas imorais	Ausente
10	Folha	10/1/14	Promotoria aceita denúncia contra casal que realizou performance crítica à Igreja católica na MV	Atentado ao pudor em performance crítica à igreja	Ativistas imorais	Ausente
11	Estadão	22/6/13	Movimento que luta pelos direitos da mulher, inclusive no futebol.	Discriminação das mulheres no esporte	Defesa da igualdade	Ausente
12	Estadão	22/6/13	Movimento que luta pelos direitos da mulher + Manifestantes hostilizam repórter	Pela legalização do aborto, contra cura gay, pela laicidade do Estado + movimento espontâneo, pessoas não podem ser controladas individualmente	Manifestações ineficientes	Ausente
13	Estadão	27/7/13	MV realizada no mesmo dia que Jornada Mundial da Juventude	Ausente	Ausente	Ausente
14	Estadão	27/7/13	MV realizada no mesmo dia que Jornada Mundial da Juventude	Ausente	Ausente	Ausente

Tabela 1 – Análise de enquadramento
Organização das autoras

O primeiro passo para a análise do enquadramento, segundo Entman (1993) é a definição do problema. Conforme Gráfico 1, verifica-se que o problema das 14 matérias analisadas está centrado em dois eixos principais: a descrição da MV como um movimento que luta pelos direitos da mulher, em especial pelo fim da violência de gênero (Eixo 1), e a realização da Marcha no mesmo dia da Jornada Mundial da Juventude, movimento da igreja católica que recepcionou a chegada do papa no Brasil (Eixo 2).

Destaca-se que as cinco matérias do G1 se encontram no primeiro eixo, enquanto as cinco matérias da Folha de S. Paulo se localizam no segundo. Das 4 matérias do Estadão, duas definem o problema no segundo eixo e duas, no primeiro – sendo que uma delas define um segundo problema simultaneamente: a hostilização de uma repórter por um grupo de manifestantes.

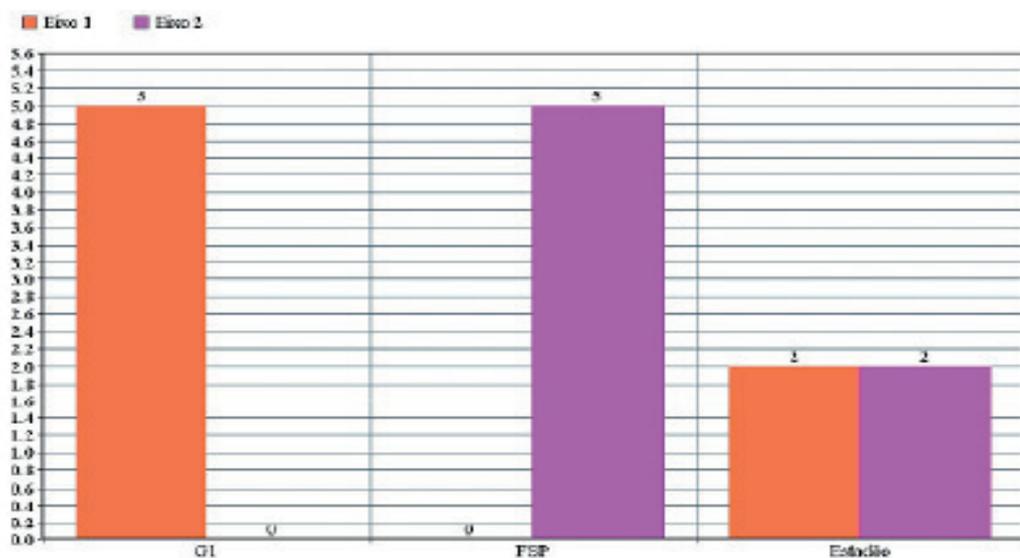


Gráfico 1 – Definição do problema

Fonte: elaborado pelas autoras

O segundo passo da análise de enquadramento é a verificação das supostas causas do problema. Naquelas notícias em que se tratou da MV enquanto um movimento legítimo de luta pelo direito das mulheres, as causas são as seguintes: o alto número de mulheres vítimas de violência, a ideia de que a mulher é inferior ao homem ou de que a mulher é culpada pela violência que sofre, a discriminação da mulher e questões políticas, entre elas a laicidade do Estado e alguns projetos governamentais, como a “cura gay” e o Estatuto do Nascituro. Por outro lado, naquelas em que o enquadramen-

to se direciona ao enfrentamento entre a MV e a igreja católica, entre as causas destacam-se o desrespeito aos símbolos católicos e a “imoralidade” atribuída aos manifestantes. Três notícias que localizam o problema no Eixo 2 não apresentam as causas do problema, mas realizam tão somente sua descrição.

Quanto aos julgamentos morais, as matérias estão assim divididas (Gráfico 2):

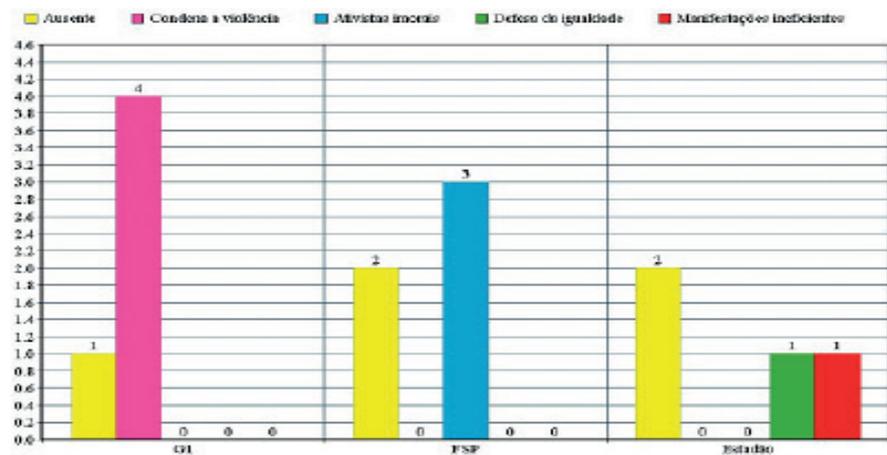


Gráfico 2 – Julgamentos morais

Fonte: elaborado pelas autoras

Das 5 matérias do G1, apenas uma delas não apresenta qualquer julgamento moral, as demais condenam a violência contra a mulher, mostrando-se assim favoráveis à MV. A FSP, que possui todas as matérias situadas no Eixo 2, não apresentou julgamento em 2 delas, nas demais se mostrou desfavorável ao movimento, julgando as manifestantes como imorais. As duas matérias do Estadão localizadas no Eixo 2 não apresentaram julgamentos morais, enquanto as demais mostraram julgamentos distintos: uma se posicionava favorável à MV ao defender a igualdade de gêneros, e a outra julgava ineficientes algumas das manifestações que vêm ocorrendo no país, entre elas a MV, por não atingir os que se encontram à margem do protesto.

O último passo para análise do enquadramento centra-se nas possíveis soluções oferecidas para o problema. Estas soluções são oferecidas somente por quatro matérias do G1 – uma fala sobre a conscientização da população como solução para a redução dos casos de violência e três falam sobre a necessidade de políticas governamentais para promover os direitos da mulher.

Os textos analisados, em sua maioria, são isentos. A ausência de julgamen-

tos e soluções explica-se uma vez que frequentemente o julgamento já está contido na definição do problema. O que se pode perceber é que as notícias se restringiram ao registro do fato – a manifestação – alinhando-se ao quadro da mobilização: a maioria das matérias atribuiu legitimidade às causas da MV. A Folha de São Paulo foi o único veículo que desafiou o quadro da mobilização, para além do episódio do desrespeito aos símbolos católicos.

Isso nos leva a inferir que em geral a cobertura jornalística não apresentou elementos que pudessem incrementar a discussão sobre direitos das mulheres e combate à violência, apesar da defesa dos princípios básicos da MV. Nesse sentido é que, apesar da aparição espetacular da marcha, a visibilidade não se converteu em discutibilidade, ou seja, a luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres ainda carece de estratégias para inserir uma discussão mais consistente na esfera pública, se consideramos a imprensa um canal fundamental para organizar argumentos⁵.

A seguir, colocaremos uma questão aberta para começar a pensar sobre a comunicação das mobilizações políticas, a partir da Marcha das Vadias.

⁵ Sobre o papel do jornalismo na democracia e as rotinas da produção jornalística, ver Tucham (1978), Schudson (1978, 2008). Essa discussão complementa esse argumento.

Reconhecimento e comunicação

A Marcha das Vadias não é consensual entre as feministas. Dentre os dois cenários que marcam o feminismo contemporâneo descritos por Gomes e Sorj (2014, p.444) - de um lado o “feminismo interseccional”, que busca a afirmação política pela demarcação de diferenças identitárias; de outro o posicionamento pautado na teoria queer, que busca desconstruir a naturalidade das diferenças - a MV se localiza no segundo, por mobilizar as diferenças sem as sobrepor a uma identidade feminista universal: “Mulheres e homens transexuais, homens feministas, mulheres lésbicas e integrantes negras da Marcha das Vadias mobilizam marcadores de diferenças e experiências de desigualdade para alargar a identidade comum feminista”.

A MV desafia a definição clássica do sujeito político do feminismo, diversificando-o para além da identidade sexual e biológica da mulher. Além disso, a ênfase dada pela MV ao corpo como instrumento de protesto e de comunicação gera críticas de outros grupos feministas que acreditam que esta forma de protesto resulta na mercantilização do corpo e no consequente aprofundamento da dominação patriarcal. Porém, apesar de tais visões dissonantes, as demandas dos diversos feminismos seguem sendo equivalentes, como se observa nos objetivos descritos na carta de princípios do coletivo feminista Marcha das Vadias Sampa: “a ampliação do debate sobre as demandas feministas, a defesa da autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas, o incentivo às denúncias de violências contra as mulheres e o fim da impunidade dos agressores ⁶.” O foco do movimento, assim, é principalmente a violência sexual contra as mulheres, que afirmam ser um problema institucionalizado da sociedade patriarcal.

Sendo assim, a MV, assim como o movimento feminista de maneira geral, parece ser orientada, sobretudo, ao reconhecimento. Veremos a seguir quais são

as implicações desse fato.

Partindo de duas concepções globais de injustiça – uma, marxista, que afirma que a injustiça social é fruto da injustiça econômica concretizada na exploração das classes não dominantes; outra, hegeliana, que defende uma concepção ético-política em que a injustiça social é decorrente da dominação cultural que resulta no desprezo a diversidade cultural ⁷, - pode-se entender as diferenciações entre as teorias ou movimentos orientados à redistribuição e aqueles orientados ao reconhecimento.

Redistribuir a riqueza ou reconhecer as diferenças? Atores políticos orientados por redistribuição objetivam a justa divisão de recursos, de outro lado, aqueles orientados por reconhecimento buscam uma sociedade que respeite as diferenças entre os indivíduos e os grupos sociais. Os primeiros acreditam que os segundos se baseiam em uma “falsa consciência” que se apresenta como um entrave à realização da justiça social; por sua vez, os sujeitos orientados por reconhecimento acusam as políticas redistributivas de serem materialistas e não darem conta das experiências de injustiça (FRASER, 2007).

A MV desafia a definição clássica do sujeito político do feminismo

Na opinião de Nancy Fraser (2007), na ocasião da elaboração da sua teoria bidimensional da justiça social, o sentido de justiça social requeria tanto redistribuição quanto reconhecimento. Posteriormente (FRASER, 2009), a autora passou a defender a tridimensionalização das teorias da justiça, que necessariamente precisam incorporar também a dimensão política da representação ao lado das dimensões econômica e cultu-

⁶ Carta de princípios. Marcha das Vadias SP. Disponível em: <<http://https://marchadasvadiassp.milharal.org/carta-de-principios/>>

⁷ “Claro que essa distinção entre injustiça econômica e injustiça cultural é analítica. Na prática, ambas estão interligadas. [...] Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica.” (FRASER, 2001, p. 251).

ral. Acrescentando a dimensão política, questiona-se se as relações de representação são justas:

[...] as fronteiras da comunidade política equivocadamente excluem alguns que, de fato, são titulares do direito à representação? As regras decisórias da comunidade atribuem, para todos os membros, igual capacidade de expressão nas deliberações públicas e representação justa no processo público de tomada de decisão? (FRASER, 2009, p.20).

Assim, as lutas contra a má distribuição ou o falso reconhecimento não alcançarão êxito se não estiverem vinculadas às lutas contra a má representação política, que garantam a possibilidade de expressão política.

Mesmo com a revisão da teoria bidimensional, que, segundo a autora, continua sendo adequada ainda que não tenha o alcance necessário para compreender as questões da justiça social em sua totalidade, não se altera sua visão da justiça como paridade participativa: “por tornar manifesta a complicação da democracia e da justiça, a visão da justiça como paridade participativa fornece exatamente o tipo de reflexividade que é necessário em um mundo globalizado.” (FRASER, 2009, p.37).

Para a autora, pensar a integração entre os campos deve, necessariamente, perpassar uma discussão a respeito da ética e da moral. Assim, comumente se relaciona a justiça redistributiva com a moral, ou seja, fazendo referência a normas universalmente vinculatórias; e o reconhecimento com a ética, apresentando uma dependência aos valores. Desta maneira, porém, os dois tipos de reivindicações jamais poderiam ser combinados. Para realizar esta integração, a autora propõe que o campo do reconhecimento seja desligado do terreno da ética e aproximado, também, à noção de justiça. Ao considerar as reivindicações por reco-

nhecimento uma questão moral pode-se, então, segundo Fraser (2007), integrá-las com as reivindicações por redistribuição.

Mas é possível tratar as reivindicações por reconhecimento como um problema moral? Autores como Axel Honneth e Charles Taylor, por exemplo, “entendem o não-reconhecimento em termos de uma subjetividade prejudicada e uma auto-identidade danificada” (FRASER, 2007, p. 111), uma questão ética, portanto. Para Fraser, todavia, a aproximação das reivindicações por reconhecimento da moral é possível a partir do abandono do modelo de “política de identidade” e adoção de um “modelo de status”. O primeiro sustenta que “ênfatizando a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e auto-poética, ele submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo” (FRASER, 2007, p. 106), impondo uma identidade de grupo e ignorando a identidade individual. O “modelo de status”, de outro lado, se preocupa com a posição relativa dos atores sociais, quer dizer, “o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social” (FRASER, 2007, p. 107). Não ser reconhecido não significa mais ter a identidade social deformada ou diminuída, como significava no modelo de identidade, mas sim ser subordinado socialmente e, portanto, impedido de participar da vida social com os mesmos direitos que os demais. Uma das vantagens da substituição de um modelo pelo outro é que deixa-se de incentivar o enclausuramento do grupo e passa-se a promover a interação entre diferentes grupos (FRASER, 2007). Além disso, ao aproximar o reconhecimento do terreno da moral, os horizontes de valor deixam de ser levados em conta: dessa maneira, do ponto de vista da comunicação política, é mais interessante à MV argumentar

não a favor dos direitos do grupo via essencialização das identidades, mas focando em normas institucionalizadas que exijam a igualdade de condições de participação na vida social; assim, qualquer argumento dos opositores que envolvesse discussões de valor relativas ao “certo e errado” seria desconsiderada.

É por esse aspecto que a perspectiva de Fraser parece mais pertinente a este estudo sobre a MV, na medida em que se preocupa com o lugar da mobilização na luta pela garantia do cumprimento da lei que protege as mulheres, como grupo social, da violência. Fosse um estudo sobre as representações das mulheres presentes na MV, a perspectiva de Honneth seria adequada, pois para este, o horizonte do reconhecimento está na perspectiva de autorrealização individual ou estima, o que exige uma pesquisa com os sujeitos.

Através da paridade participativa o referido modelo se pauta em uma concepção de justiça que pode ser aceita mesmo por aqueles que não dividem os mesmos valores que o grupo autor das reivindicações:

Concebendo o não-reconhecimento como subordinação de status, ele localiza o equívoco nas relações sociais, e não na psicologia individual ou interpessoal. Ser falsamente reconhecido, nessa perspectiva, não é apenas ser desmerecido ou desvalorizado nas atitudes conscientes ou crenças dos outros. Significa, ao invés, ter negada a condição de parceiro integral na interação social e ser impedido de participar como um par na vida social, como consequência de padrões institucionalizados de valoração cultural que estabelecem alguém como desmerecedor de respeito e estima. Quando tais padrões de desrespeito e desestima são institucionalizados, eles impedem a paridade de participação, assim como certamente também o fazem as desigualdades distributivas. (FRASER, 2007, p. 113).

Conforme ressalta a autora, respei-

to e estima formam categorias distintas: o primeiro é devido a todos, a segunda é conferida de maneira pessoal. Não é possível, assim, impôr estima, somente garantir que todas as pessoas possam buscar estima social em igualdade de oportunidades. Voltando ao exemplo da MV, as integrantes podem exigir respeito, mas não estima, pois esta esbarra em uma questão de valores pessoais; assim não se obriga os indivíduos a estimarem os membros do grupo, mas a respeitarem e permitirem que estes busquem a estima social de forma igualitária. É só nessa perspectiva da ação coletiva é que se pode falar em comunicação política, pois os enquadramentos da questão são coletivamente construídos e apresentados na cena pública.

Mas, como justificar uma reivindicação por reconhecimento das diferenças, como é o caso da MV? Novamente a paridade participativa é evocada pela autora como padrão de avaliação. A argumentação de qualquer movimento sempre deve ser no sentido de garantir a participação igualitária na vida social, seja necessária para isso a redistribuição econômica, o reconhecimento das diferenças, a representação política, ou, como propõe a teoria tridimensional da justiça, todas elas. Os movimentos orientados ao reconhecimento devem então “mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural lhes negam as condições intersubjetivas necessárias” para a paridade participativa (FRASER, 2007, p. 125).

Assim, o caminho a ser percorrido para que se possa construir um modelo de justiça pautado na paridade participativa parte da construção do reconhecimento como uma questão moral, substituindo o modelo de reconhecimento de identidade pelo modelo de status. O segredo para o sucesso dos movimentos sociais seria, por assim dizer, permanecer no terreno da moral, o mais distante possível de argumentações éticas (FRASER, 2001). E

talvez seja justamente essa a razão do insucesso da MV do ponto de vista da comunicação política: suas reivindicações seguem sendo discutidas pela sociedade a partir de questões éticas e o enquadramento noticioso a seu respeito é simplificado e focado na dualidade entre o certo e errado. Assim, não se discute as reivindicações do movimento, como o direito que as mulheres possuem sobre seu próprio corpo, mas discute-se se elas estão certas ou erradas em se vestirem como “vadias” para protestar; não se discute a culpabilização da vítima, discute-se a “decência” feminina; e em grande parte das vezes não se discute políticas públicas pelo fim da violência contra a mulher, mas sim o merecimento de algumas mulheres e o não-merecimento de outras.

Tudo isso orienta os enquadramentos que a cobertura jornalística dá às mobilizações políticas. Obviamente que nenhum veículo se dirá a favor da violência contra a mulher. A provocação que lançamos, a partir de Fraser, é que a Marcha das Vadias é pouco efetiva em

termos de comunicação política porque essencializa a identidade, no processo que chamamos de alinhamento de quadros por amplification. Acreditamos que a troca pode existir, todavia, no interior do próprio movimento feminista, um movimento plural, formado por “diferentes grupos de feministas ativos simultaneamente, mantendo relações de cooperação e disputa” (GOMES; SORJ, 2014, p. 436).

Gamson e Meyer (1996) lembram do papel crucial da mídia para a validação dos movimentos sociais e destacam a organização do grupo e a divisão do trabalho como importante fator para essa validação. Os que falam não são os mesmos que agem. Assim, talvez a Marcha das Vadias seja uma peça dentro do movimento feminista que assume o papel do confronto e não do diálogo com a sociedade. Uma ação que compõe a luta por reconhecimento do movimento: agem para o conflito, para chocar. Na divisão do trabalho, talvez o seu papel seja justamente fazer cena.

Referências

CALVEN, A. & WARREN, M. *Deliberative Democracy and Framing Effects: Why Frames are a Problem and How Deliberative Minipublics Might Overcome Them*. In: GRÖNLUND, K.; BÄCHTIGER, A.; SETÄLÄ, M. **Deliberative Minipublics**. ECPR Press, 2015.

ENTMAN, Robert. “Framing: towards clarification of a fractured paradigm”. **Journal Communication**, v. 43, n.4, 1993.

_____. “Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy”, Chicago: Chicago Press, 2004.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós- socialista”. Tradução de Márcia Prates. In Jessé Souza (org.). **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria contemporânea democrática**. Brasília: UNB, 2001, p. 245-282.

_____. “Reconhecimento sem ética?” Tradução de Ana Carolina Freitas

Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. In *Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

_____. “Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado”. In *Lua Nova*, São Paulo, 77: 229-236, 2009.

GAMSON, William; MODIGLIANI, André. “Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach”. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, jul 1989.

GAMSON, William; MEYER, David S. “Framing political opportunity”. In McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (eds.). **Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, Pp. 275-290.

GITLIN, Todd. **“The Whole World is Watching”**. Oxford University Press, 1980.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. “Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil”. In: **Revista Sociedade e Estado**. Volume 29. Número 2. Maio/Agosto 2014.

JOHNSON-CARTEE, Karen. S. **“News Narratives and News Framing: Constructing Political Reality”**. Series: Communication, Media, and Politics. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005.

PORTO, Mauro. “Enquadramentos da Mídia e Política”. Em RUBIM A. A. C. (org.), **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004.

PRUDENCIO, Kelly; SILVA, Michele; FONTES, Giulia; MURAKAMI, Bruno; SALEH, Dayane. **“Ativismo político na internet: uma análise do enquadramento noticioso das principais manifestações brasileiras ocorridas em 2013 e 2014”**. Trabalho apresentado no VI Enpecom – Encontro de Pesquisa em Comunicação. Curitiba, PPGCom-UFPR, 09 a 11/10/2014.

PRUDENCIO, Kelly. “Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política”. **Revista Compólitica**. n. 4. v. 2. agosto-dezembro de 2014.

SCHEUFELE, Dietram. “Framing as a theory of media effects”. *Journal of Communication*, ICA, 1999.

SCHUDSON, Michael. “Why democracies need an anlovable press”. **Polity Press**, 2008.

_____. **“Discovering the news: a social history of American newspapers”**. Library of Congress, 1978.

TARROW, Sidney. “O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político”. Petrópolis: Vozes, 2009.

TUCHMAN. Gaye. **“Making news: a study in the construction of reality”**. Free Press, 1978.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley. “**Análise indireta de enquadramentos da mídia**: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais”. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan-abril 2011.

WOITOWICZ, Karina Janz. “**Folkcomunicação e ativismo midiático: Lutas feministas e estratégias de visibilidade na Marcha das Vadias**”. Texto apresentado no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.